

Congresso mais à direita: nenhum direito está garantido

O resultado das eleições de 2026 mudou a correlação de forças no Congresso Nacional. A ampliação das bancadas de direita e de setores conservadores abre espaço para uma agenda que pode trazer impactos profundos sobre os trabalhadores, os servidores públicos e os serviços oferecidos à população.

A partir de 2027, o Congresso terá uma presença ainda maior de parlamentares identificados com propostas de redução do papel do Estado, contenção dos gastos públicos, ampliação das terceirizações e participação privada na execução de políticas públicas.

Para quem vive do trabalho e depende dos serviços públicos, é preciso ligar o sinal de alerta.

O ataque ao serviço público já voltou à pauta e os servidores precisam entender seu papel nessa disputa. A chamada reforma administrativa é um dos temas que merece atenção permanente. Medidas dessa natureza podem atingir não apenas os servidores que estão hoje no serviço público, mas também as futuras gerações de trabalhadores e a própria capacidade do Estado de prestar serviços de qualidade à população.

Tem dois projetos de estado bem diferentes em disputa: propostas que alteram carreiras, formas de contratação, estabilidade, previdência, orçamento e organização do Estado que podem ganhar novo impulso, principalmente pela força conquistada no Congresso ou a manutenção de um projeto que continuará fortalecendo os serviços públicos e valorizando os servidores.

Não se trata de uma disputa

Resultado das eleições amplia a força de setores conservadores e coloca servidores públicos diante de um novo ciclo de disputas. A resposta será organização, unidade e mobilização.



restrita aos servidores. Quando o Estado perde capacidade de atuação, quem depende de saúde, educação, assistência, previdência, fiscalização e demais políticas públicas também sente as consequências.

Austeridade não pode significar retirada de direitos. O discurso da responsabilidade fiscal frequentemente coloca os servidores e os serviços públicos no centro do debate sobre despesas do Estado.

A defesa do serviço público passa, necessariamente, pela valorização de quem trabalha nele.

Nenhum direito foi dado de presente. A classe trabalhadora conhece essa história. Direitos trabalhistas, previdenciários e sociais foram conquistados depois de décadas de organização, greves, mobilizações e enfrentamentos. E tudo aquilo que foi conquistado pode ser desmontado muito rapidamente.

Cada voto é importante nesta disputa de Estado. Cada ataque aos trabalhadores precisa encontrar resistência organizada. A resposta está na organização da categoria.

O fortalecimento da direita no Parlamento cria dificuldades, e nos impõe ainda mais cuidado na escolha para o comando do executivo.

A história mostra que mobilização social também interfere nos rumos do país. Quando trabalhadores e servidores se organizam, ocupam as ruas, pressionam e constroem unidade, conseguem barrar retrocessos e conquistar avanços.

É nesse terreno que todos devem atuar: informando, organizando e mobilizando a categoria.

Precisamos fortalecer a unidade entre os servidores, dialogar com a população e construir uma ampla frente em defesa do serviço público e dos direitos sociais.

A nova correlação de forças no Congresso Nacional já está recolocando na pauta propostas que atingem servidores, direitos trabalhistas e serviços públicos. O momento exige organização, informação e muita mobilização contra esse projeto de governo defendido pela direita bolsonarista.

O que está em jogo é o futuro do serviço público.

Grupo de Flávio Bolsonaro tenta barrar votação do fim da escala 6x1

A votação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)** que prevê o fim da escala 6x1 e a redução de jornada sem reduzir os salários está prevista para esta terça-feira (6), no Senado, mas o **grupo político de Flávio Bolsonaro (PL)** já articula a derrubada da análise da proposta. O candidato à Presidência é contrário ao fim da escala 6x1 e já atuou nos bastidores para travar o avanço da medida.

O resultado das urnas, definido nas eleições deste domingo (4), com o avanço da extrema direita no Congresso Nacional, pode dificultar a tramitação da PEC que prevê o fim da escala de trabalho 6x1 no Senado. Apesar da pressão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu manter o calendário de debates da proposta.

A PEC, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), será discutida em três sessões semipresenciais. A primeira está marcada para esta terça-feira (6), com outras duas previstas para quarta (7) e quinta-feira (8). A manutenção do cronograma, porém, não significa que exista consenso para levar a matéria à votação.

Bandeira histórica da CUT, o fim da escala 6x1 também é uma das prioridades do governo do presidente Lula. O avanço da direita nas urnas, portanto, torna ainda mais difícil reunir apoio suficiente para fazer a proposta avançar no Senado. A oposição trabalha para esvaziar as sessões e dificultar a formação do quórum necessário.

A definição de Alcolumbre ocorreu na sexta-feira (2), às vésperas do primeiro turno. Na ocasião, a decisão foi vista como um gesto de aproximação com o governo Lula, que considera o fim da escala 6x1 uma de suas principais pautas no Congresso. A PEC já havia sido

aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio.

Milhões de trabalhadores estão na escala 6x1

Quase 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada cumprem a escala 6x1 no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

São 14,8 milhões de pessoas que trabalham seis dias para ter apenas um de descanso, em um dos principais pontos do debate sobre a redução da jornada sem redução salarial.

O número pode ser ainda maior, já que o levantamento do MTE considera apenas os vínculos celetistas. Entre trabalhadores e trabalhadoras domésticos, outros 1,4 milhão estão submetidos à escala 6x1, de acordo com os dados do ministério.

Como a PEC pode avançar

O Regimento Interno do Senado estabelece que uma proposta de emenda à Constituição seja submetida a cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Se for aprovada, precisa passar por mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

Existe a possibilidade de reduzir esse intervalo por meio da aprovação de um calendário especial. Para isso, no entanto, é necessária maioria simples dos senadores. A estratégia da oposição de não comparecer às sessões pode dificultar a formação do quórum necessário e, consequentemente, a aceleração da tramitação.

Quem está na escala 6x1

Dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) durante os debates sobre a PEC na Câmara mostram que a escala 6x1

atinge trabalhadores de diferentes grupos.

Considerando todos os tipos de vínculo, 32,2% das mulheres e 33% dos homens estão submetidos a esse regime.

O levantamento também aponta diferenças por raça e cor. Entre trabalhadores pretos e pardos, 33,5% dos vínculos estão na escala 6x1. Entre trabalhadores brancos, o percentual é de 31,7%.

Regionalmente, entre os celetistas, Tocantins apresenta a maior proporção de trabalhadores na escala 6x1, com 48,1%. Em seguida aparecem Santa Catarina, com 44,7%, e Roraima, com 43,9%.

Em números absolutos, o Sudeste concentra cerca de 7 milhões de trabalhadores celetistas submetidos à escala.

Setores mais atingidos

A escala 6x1 está concentrada principalmente em atividades que funcionam de forma contínua ou durante os sete dias da semana.

Entre os setores com maior proporção de vínculos nesse regime estão:

- **Transporte aéreo:** 53,2%;
- **Serviços de alojamento:** 52%;
- **Serviços de alimentação:** 47,1%;
- **Comércio:** 42,2%.

Na outra ponta, um dos setores com menor presença da escala 6x1 é o de eletricidade e gás.

Dados já apresentados pelo Dieese e divulgados pelo Portal CUT também mostram que as jornadas extensas continuam sendo uma realidade para milhões de trabalhadores.

O levantamento aponta que 64% dos trabalhadores formais cumprem jornadas superiores a 40 horas semanais, enquanto cerca de 20 milhões trabalham mais de 44 horas por semana.